



## 1.8 • Conjuntura Internacional

### Ucrânia: guerra sem fim à vista ou mais um conflito congelado

José Milhazes

A GUERRA NO LESTE da Ucrânia não tem fim à vista e, no melhor dos casos, poderá aumentar a já extensa lista de ‘conflitos congelados’ no antigo espaço soviético: Nagorno-Karabakh, Transnistria, Ossétia do Sul e Abkhazia.

Se admitirmos o cenário mais pessimista, poderemos vir a observar novos confrontos directos entre as tropas ucranianas e os chamados “separatistas” das regiões de Donetsk e Lugansk.

Esta complexidade deve-se, entre outras coisas, ao facto de por detrás de cada uma das partes do conflito estarem forças externas que se digladiam pelo controlo de zonas de influência no coração da Europa e pelo pouco espaço de manobra de ambas as partes devido à situação interna na Ucrânia e nas “regiões separatistas”.

No entanto, pode desde já afirmar-se que só a Rússia ganha com o congelamento destes conflitos, pois eles dão origem ao aparecimento de quase-Estados totalmente controlados por ela e, nos casos de, pelo menos a Ossétia do Sul e a Abkhazia, poderão, a médio ou longo prazo, vir a ser integrados na Federação da Rússia, tal como aconteceu na Crimeia.

Para 2017 está marcada a realização de um referendo na Ossétia do Sul sobre a adesão deste território ocupado da Geórgia à Rússia e o resultado é mais do que previsível.

#### Causas do conflito

Tudo começou quando a Rússia, a pretexto da defesa dos seus cidadãos, ocupou, sem grandes cerimónias, a Península da Crimeia, território pertencente à Ucrânia, em Março de 2014.

Na realidade, Vladimir Putin, Presidente da Rússia, reagiu assim aos acontecimentos ocorridos em Kiev, em finais de 2013 e início de 2014, que levaram à queda de Viktor Ianukovitch do cargo de Presidente da Ucrânia por se ter recusado a assinar o Acordo de Parceria entre o seu país e a União Europeia.

A ocupação da Crimeia foi tão fácil que Moscovo decidiu atear o fogo do separatismo na parte oriental da Ucrânia. O conflito começa a 7 de Abril de 2014 quando o Presidente interino ucraniano, Alexandre Turchinov responde à ocupação de edifícios administrativos nas cidades de Kharkov, Donetsk e Lugansk e à proclamação das chamadas *repúblicas populares* com a ameaça de “realização de acções antiterroristas contra os que pegarem em armas”. Uma semana depois, Turchinov ordena o início de acções militares com o objectivo de “superar a ameaça terrorista e conservar a integridade territorial da Ucrânia”.

Ucrânia, os EUA, a UE e organizações internacionais como a OTAN, o Conselho da Europa e a Assembleia Parlamentar da OSCE acusaram

Moscovo de ingerência militar directa no conflito, o que foi, e continua a ser, refutado pelo Kremlin. Porém, não obstante todos os desmentidos de Moscovo face às acusações de que o separatismo no Leste da Ucrânia é obra de militares russos, as autoridades russas apenas admitiram a possibilidade de entre os separatistas estarem “voluntários russos” ou “soldados e oficiais russos que tiraram férias para ajudarem os irmãos”; contudo, foi um dos próprios organizadores dos “separatistas” que reconheceu o papel do Kremlin em todo este processo.

“

O diferendo em torno do conflito na Ucrânia só poderá ser realmente compreendido se tivermos em conta outros meios de realização de guerras.

”

Igor Guirkin (Strelkov), Ministro da Defesa da autoproclamada República Popular de Donetsk no momento da sua formação, militar russo na reforma, declarou: “Continuamos a ter uma frente na Ucrânia e todos os que tentam traçar uma linha entre as repúblicas populares e a Rússia são hipócritas. Claro que a Rússia combate, de uma ou de outra forma em Donbass, e continuará a combater... Chegou, finalmente, a hora de dizer sinceramente que a Rússia conduz aí uma guerra e que precisamos de a vencer”.

#### Guerra híbrida

O diferendo em torno do conflito na Ucrânia só poderá ser realmente compreendido se tivermos em conta outros meios de realização de guerras. Um deles é conhecido como “guerra híbrida”. Tendo como exemplo a ocupação da Crimeia pela Rússia em 2014, podemos definir que se trata de uma guerra que combina elementos de combate comuns com acções de destacamentos especiais, guerra de informação e “ciberguerra”. Considerada por muitos analistas como algo de novo e inovador, já foi empregue por José Estaline, dirigente da União Soviética entre 1924 e 1953, na China, embora com outros nomes: “movimento de insurgentes”, “movimento de guerrilha”, “movimento de libertação nacional”, etc., e com outros meios.

A 7 de Outubro de 1929, Estaline escrevia a Viatcheslav Molotov, naquela altura membro do Bureau Político do Partido Comunista da Rússia (bolchevique): “Haverá confusão com a China.

A propósito, parece-me que chegou a hora de passar para o ponto de vista da organização de um movimento revolucionário de guerrilha na Manchúria. Claro que foi uma boa coisa o envio por nós de alguns destacamentos para a Manchúria com vista ao cumprimento de tarefas com carácter episódico, mas não se trata disso. Agora temos de avançar. Temos de organizar duas brigadas, compostas por dois regimentos cada uma, principalmente com chineses, fornecer-lhes tudo o que é indispensável (artilharia, metralhadoras, etc.), pôr chineses à frente das brigadas e enviá-las para a Manchúria com a tarefa: provocar um levantamento nas tropas manchus, juntar a elas os soldados de confiança dessas tropas (mandar os restantes para casa, liquidando previamente o comando), integrá-los nas divisões, ocupar Harbin e, depois de reunir forças, declarar o derrube de Zhang Xueliang, instaurar o poder revolucionário (pilhar os latifundiários, atrair os camponeses, criar conselhos nas cidades e aldeias, etc.). Isso é necessário. Isso podemos e penso que devemos fazer. Esta acção não contradiz nenhum “direito internacional”. Todos compreenderão que nós estamos contra a guerra com a China, os nossos soldados vermelhos guardam apenas as nossas fronteiras e não tencionam entrar no território chinês...”.

A “guerra híbrida” não foi unicamente empregue pelos dirigentes soviéticos e russos, mas, no caso da Crimeia e do Leste da Ucrânia, Vladimir Putin seguiu quase à risca os conselhos do seu antecessor no Kremlin, tendo levado também em atenção a experiência de outros países, nomeadamente dos Estados Unidos.

O “regresso voluntário” da Crimeia ao seio da Federação da Rússia começou com o aparecimento, em Fevereiro de 2014, dos chamados “homenzinhos verdes”, indivíduos fortemente armados sem qualquer tipo de identificação. Ocuparam os pontos fulcrais da península e abriram o caminho à tomada do poder pelos separatistas locais. Inicialmente, Putin disse tratar-se de “forças locais de autodefesa” mas, mais tarde, acabou por admitir que se tratou de uma operação realizada por forças especiais russas.

#### Processos de Minsk

Esta vitória rápida e fácil na Crimeia levou Moscovo a tentar estender o separatismo a todo o Sudeste da Ucrânia, na esperança de esse processo conduzir à queda do Presidente e Governo ucranianos que se formaram após a fuga do Presidente Viktor Ianukovitch do país.

Utilizando as dificuldades interna no país vizinho, Vladimir Putin, através do envio de militares e do fornecimento de armamentos, conseguiu que os “separatistas” ocupassem parte do

território ucraniano. Nas palavras, o dirigente russo e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Serguei Lavrov, afirmavam e continuam a afirmar que “a Rússia não é parte do conflito” mas, na realidade, querem ter uma palavra decisiva nas decisões tomadas com vista a solucionar o problema.

No início de Abril de 2015, em resposta à ocupação de edifícios administrativos em várias cidades do Leste da Ucrânia, Alexandre Turchinov anuncia “medidas antiterroristas”, ao que os separatistas responderam com a proclamação da independência das repúblicas populares de Donetsk e Lugansk e com o início criação de órgãos do poder.

A guerra rapidamente se alastrou, recebendo os separatistas armamentos, munições e outro tipo de apoio através da parte da fronteira ucraniano-russo por eles controlada. Além disso, a desorganização e a falta de experiência das Forças Armadas da Ucrânia, bem como a corrupção no país em geral muito contribuíram para que os militares ucranianos sofressem pesadas derrotas. Porém, tornava-se evidente que nenhuma das partes sairia vencedora.

Entretanto, a comunidade internacional tentava encontrar uma forma de pôr fim ao conflito. A primeira tentativa foi realizada a 5 de Setembro de 2015 com a assinatura do Protocolo de Minsk, pela diplomata suíça e representante da OSCE, Heidi Tagliavini, pelo ex-presidente e representante da Ucrânia Leonid Kuchma, pelo embaixador russo na Ucrânia e representante da Rússia, Mikhail Zurabov, e pelos líderes das Repúblicas Populares de Donetsk e de Lugansk, Alexander Zakharchenko e Igor Plotnitsky.

Porém, este protocolo, não obstante ter sido previamente aprovado pelos presidentes ucraniano e russo, Petro Porochenko e Vladimir Putin, praticamente não passou do papel, tendo apenas sido possível uma breve trégua e troca de menos de 400 prisioneiros de ambas as partes. Este fracasso deveu-se à interpretação diferente do conteúdo do documento, principalmente no que diz respeito ao estatuto das chamadas *repúblicas populares*. Se Porochenko considerava que “a lei citada nos parágrafos três e nove do Protocolo prevê a continuação das regiões de Donetsk e Lugansk no seio da Ucrânia”, os líderes separatistas apressaram-se a realizar eleições nas regiões, a 2 de Novembro de 2014, com vista à consolidação da sua independência.

A OSCE, na pessoa do seu presidente Didier Burkhalter, confirmou que essas eleições eram “contra a letra e o espírito do Protocolo de Minsk”, e disse que iriam “complicar ainda mais a sua aplicação”. Todavia, Moscovo tinha outra posição completamente diferente. Serguei Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, afirmou que os escrutínios eram “exactamente compatíveis com as condições que se haviam negociado em Minsk”.

É necessário assinalar que praticamente não existiu cessar-fogo no terreno, porque, segundo dados da ONU, entre a assinatura do protocolo e a decisão dos separatistas de deixarem de o cumprir, tomada a 18 de Janeiro de 2015, morreram

cerca de mil pessoas. Entre acusações dos dois lados de violação do protocolo, os combates apenas reacenderam com uma nova força.

Em Junho de 2014, os dirigentes da França, Alemanha, Ucrânia e Rússia aproveitaram as celebrações dos setenta anos do desembarque das tropas aliadas no continente europeu durante a Segunda Guerra Mundial para formar o “Quarteto da Normandia”, com vista a encontrar uma solução para o conflito. Porém, a sua actividade tornou-se mais intensa no início do ano seguinte e levou à assinatura do Acordo Minsk II.

Criou-se a ideia de que o novo acordo tinha um maior peso político face ao protocolo anterior, por ter sido oficialmente apoiado ao mais alto nível pelo Presidente da Rússia Vladimir Putin, o seu homólogo ucraniano Petro Porochenko, para além da chanceler alemã Angela Merkel e do Presidente francês François Hollande. Porém, tal não aconteceu. O ponto central para o Acordo de Minsk II era o cessar-fogo que devia ser seguido de uma retirada de armas pesadas da linha da frente e servir de prelúdio de consultas políticas entre as partes envolvidas, o governo ucraniano e os líderes separatistas deviam iniciar um diálogo sobre questões políticas.

Alguns dos parágrafos desse documento foram parcialmente cumpridos, tendo, por exemplo, os combates baixado de intensidade e sido retirada da frente a maioria dos armamentos pesados, mas continua a não existir diálogo entre Porochenko e os dirigentes de Donetsk e Lugansk, o que significa que a guerra poderá reacender a qualquer momento. Desta vez, as Forças Armadas ucranianas estão melhor preparadas, pois, além da experiência adquirida no campo de combate, começaram a receber apoio logístico e material de vários países ocidentais. Porém, é preciso ter em conta que Putin pode aumentar o apoio militar e humano aos separatistas caso seja necessário.

### **Independência de facto, federalização ou autonomia**

Perante as três possibilidades de desenvolvimento da situação nas regiões separatistas, independência de facto, federalização e autonomia, os Estados Unidos e a União Europeia fazem pressão para que os dirigentes ucranianos revejam a Constituição da Ucrânia com vista a dar mais autonomia a Donetsk e Lugansk, processo que pode ir até à federalização do país.

Os separatistas dizem só aceitar a independência, mas poderão ceder até à federalização, posição defendida por Moscovo, pois permitir-lhe-á manter alavancas de pressão sobre Kiev. Isto coloca o Presidente Porochenko numa situação extremamente complicada, pois são muitas as vezes na Ucrânia que afirmam que a sua federalização poderá ser o primeiro passo para a desintegração do país: novas regiões do Leste e do Sul poderão querer seguir o exemplo das regiões separatistas. É precisamente por esta razão que a Rada Suprema (Parlamento da Ucrânia) não aprovou até agora a reforma constitucional.

Além disso, os dirigentes ucranianos mostram-se incapazes de tirar o seu país da profunda crise

### **PROTOCOLO DE MINSK**

Nos seus doze parágrafos, previa, nomeadamente, “assegurar o cessar-fogo imediato por ambos os lados em conflito; garantir a supervisão e verificação do cessar-fogo pela OSCE; descentralizar o poder, inclusivamente através da aprovação de uma lei ucraniana sobre a descentralização do poder, nomeadamente através de uma lei sobre o “regime provisório de governo local em certas zonas das regiões de Donetsk e Lugansk” (“Lei sobre o estatuto especial”) e assegurar a monitorização permanente da fronteira Russo-Ucraniana e a sua verificação pela OSCE, através da criação de zonas de segurança nas regiões fronteiriças entre a Ucrânia e a Federação Russa”.

económica e social em que se encontra, de travar a onda de corrupção, o que leva alguns parceiros ocidentais a pedirem a normalização das relações com a Rússia e a falarem da necessidade de levantar, parcial ou completamente as sanções que foram impostas a Moscovo devido à ocupação da Crimeia e à ingerência militar no Leste da Ucrânia. Joe Biden, vice-presidente dos Estados Unidos, não exclui que, se Kiev não conseguir realizar as reformas económicas necessárias, a UE poderá pôr fim ao regime de sanções: “Hoje há, pelo menos, cinco países [da UE] que querem dizer ‘nós queremos abandonar’ as sanções contra Moscovo”.

Num momento em que a União Europeia atravessa também uma profunda crise política e económica, este aviso tem sentido e Putin é mestre em utilizar as fraquezas dos seus adversários no campo internacional. ■